

# *A lei do desenvolvimento desigual e combinado* de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida

**Felipe Demier**

Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense

## **Apresentação**

Nosso objetivo nesta breve comunicação é, de forma bastante resumida, expor como a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* formulada por León Trotsky a partir de suas análises acerca da dinâmica histórica das nações *atrasadas* acabou por se constituir em uma matriz interpretativa para os estudos de renomados intelectuais acadêmicos brasileiros que, nas décadas de 1960 e 1970, opuseram-se às leituras “etapistas” e “dualistas” sobre as condições sócio-históricas do Brasil. Opondo-nos à idéia, cada vez mais em voga, de uma produção científica que nasce e finda no interior do espaço acadêmico, indicaremos como grande parte dos trabalhos que ganharam notoriedade nos meios universitários por suas críticas às interpretações esquemáticas da realidade nacional guarda profundas semelhanças com as elaborações de Trotsky acerca dos países que tardiamente chegaram ao capitalismo industrial.

## **Trotsky e a afirmação de uma historicidade própria dos países *atrasados***

Reeditando o *evolucionismo vulgar* que predominou na II Internacional, a Internacional Comunista (IC) sob comando da burocracia estalinista passou a negar categoricamente o caráter “socialista” da revolução nos países *atrasados*. Segundo seus teóricos, em função do incipiente desenvolvimento do capitalismo nesses países – o que se expressaria pela vigência de estruturas sociais pré-capitalistas –, tornava-se necessário nos mesmos a realização de uma revolução (etapa) “democrático-burguesa”, sob direção das chamadas “burguesias nacionais”, que abrisse caminho para o florescimento das forças produtivas capitalistas, o que só então colocaria a possibilidade da realização de uma revolução socialista.

Trotsky foi, sem dúvida, o principal adversário dessa política da IC que levou a inumeráveis desastres do proletariado mundial. Sua defesa de que somente o proletariado, apoderando-se do leme do Estado e implantando a sua “ditadura”, poderia resolver as chamadas tarefas “democráticas” pendentes nos países *atrasados* resultava de uma compreensão histórica diametralmente oposta a dos teóricos estalinistas. Trabalhando com uma perspectiva que compreendia o capitalismo como uma totalidade contraditória, e não como uma mera soma de nações (partes) isoladas, Trotsky afirmava que as regiões “coloniais” e “semi-coloniais” não poderiam desenvolver a sua história *em separado*, e, portanto, não seria possível superar o *atraso* passando-se a um “estágio” superior ainda dentro

dos marcos do capitalismo. O sistema capitalista, em especial a partir de sua fase imperialista, não deixaria mais espaço para esses desenvolvimentos “autônomos”, impossibilitando que a história das regiões retardatárias repetisse a história, repetisse as etapas das regiões pioneiras do capitalismo.

Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional (*lei do desenvolvimento desigual*, de Lênin), as localidades *atrasadas*, segundo Trotsky, acabavam por possuir uma historicidade própria no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos elementos mais modernos das nações *avançadas* e sua adaptação a condições materiais e culturais *arcaicas*. Esta superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas pelos países *avançados* e relações sociais muitas vezes pré-capitalistas presentes nos ambientes *atrasados* se constituiria na essência *combinada* do desenvolvimento capitalista realizado pelos países retardatários, especialmente pelos “coloniais” e “semi-coloniais”. Desse modo, os países *atrasados* ingressavam na era industrial mantendo pendentes as soluções das principais tarefas “democrático-burguesas”, tais como as questões agrária e nacional. Entretanto, as burguesias periféricas, surgidas tardiamente na arena histórica, atreladas ao capital estrangeiro e aos grandes proprietários rurais, e extremamente temerosas do proletariado, seriam, segundo Trotsky, incapazes de realizar qualquer tipo de revolução “democrática”, o que colocava na ordem do dia para os trabalhadores dos países *atrasados* a conquista do poder político. Na concepção de Trotsky, portanto, seria o modo *combinado* como o capitalismo se desenvolvia que designaria o caráter da revolução e os sujeitos sociais revolucionários nos países *atrasados*. A adição do elemento “*combinado*” na *lei do desenvolvimento desigual* de Lênin fez com que Trotsky desse à síntese de suas concepções expressas acima o nome de *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.<sup>1</sup>

Buscaremos mostrar nas páginas seguintes como essa leitura do revolucionário russo acerca da historicidade dos países *atrasados* esteve presente, explícita ou implicitamente, na produção acadêmica de destacados intelectuais que combateram as interpretações “dualistas” sobre a realidade brasileira assim como as propostas políticas “etapistas” delas derivadas. Tal fato, como observamos, é pouquíssimo conhecido e divulgado no ambiente acadêmico.

### **O pensamento “etapista” e “dualista” brasileiro: Cepal, ISEB e o PCB**

Como sabemos, na década de 1950 e até meados da de 1960, o pensamento acadêmico de esquerda no Brasil, voltado para o entendimento da realidade nacional, foi hegemonizado

---

<sup>1</sup> Os principais escritos nos quais Trotsky expôs sua perspectiva histórica e política acerca dos países *atrasados* estão reunidos em (TROTSKY, 2000) Realizamos nas linhas acima uma apresentação extremamente reduzida acerca da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*; análises mais significativas acerca deste aspecto fundamental do pensamento de Trotsky podem ser encontradas em (LÖWY, 1998); (KNEI-PAZ, 1985) e (BIANCHI, 2001).

por uma perspectiva analítica que ficou conhecida como “dualista”. A estrutura econômica, política e social brasileira era concebida pelos adeptos dessa perspectiva como constituída por dois pólos opostos: um setor “atrasado” e um setor “moderno”. Nesse raciocínio, uma parcela da economia brasileira composta por estruturas “arcaicas”, localizadas especialmente no campo, onde imperava a agro-exportação, impediria a expansão da dimensão “moderna” de outra parte da economia, concentrada em algumas regiões industriais direcionadas à produção de bens de produção e consumos duráveis, constringendo assim o “desenvolvimento nacional”. Dessa forma, caso não fossem superados os entraves “arcaicos” ao desenvolvimento do país, este continuaria em um estágio, qualificado pelos “dualistas”, como “subdesenvolvido”. Nessa ótica, o desenvolvimento das nações “subdesenvolvidas” era compreendido como se estivesse localizado em uma fase, em uma *etapa* histórica anterior ao moderno capitalismo europeu e norte-americano, o que conferia a essa perspectiva um aspecto teleológico-evolucionista.<sup>2</sup>

Partilhavam dessa concepção especialmente os formuladores e teóricos do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>3</sup> e os intelectuais vinculados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)<sup>4</sup> e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).<sup>5</sup> Para esta vasta gama de pensadores, o estado “subdesenvolvido” (ou “feudal”/“semi-feudal”, segundo os *pecebistas*) dos países latino-americanos se explicaria essencialmente em função de uma relação externa dicotômica (Imperialismo x Nação), na qual a subordinação desses ao imperialismo significava um “entrave” aos seus desenvolvimentos capitalistas. Assim, estabelecia-se por parte dos “dualistas” uma oposição antitética entre nações “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, e não uma relação dialética entre as várias e distintas classes sociais que compunham a totalidade social do imperialismo, na qual se articulavam o interno e o externo. Unidos numa plataforma política “nacionalista”, *cepalinos*, *isebianos* e *pecebistas* apostavam todas as suas fichas em uma “burguesia nacional” (“progressista”), que, caso se convencesse de seu papel no processo histórico, se articularia com os trabalhadores contra os entraves ao “desenvolvimento nacional”. No que diz respeito particularmente à perspectiva teórica que orientava as análises dos intelectuais ligados ao PCB, é bem sabido que esta tinha

---

<sup>2</sup> O próprio termo “subdesenvolvido”, da forma como era utilizado pelos “dualistas”, já expressa a compreensão de que as nações consideradas “subdesenvolvidas” *ainda não se desenvolveram*. Nessa perspectiva, o padrão europeu de desenvolvimento era tomado como uma etapa necessária a ser cumprida por todos os países invariavelmente em seu transcorrer histórico, desde que esses se livrassem dos chamados “entraves” ao desenvolvimento.

<sup>3</sup> Os nomes de Nelson Werneck Sodré e de Alberto Passos Guimarães talvez sejam os mais expressivos, em termos teóricos, do tipo de concepção “dualista” sustentada pelo PCB.

<sup>4</sup> A CEPAL foi criada em 1948 pela organização das Nações Unidas (ONU). Destacam-se entre os *cepalinos* brasileiros o notável economista Celso Furtado, além de Maria Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello, entre tantos outros discípulos do uruguaio Raúl Prebisch.

<sup>5</sup> Talvez o nome de Hélio Jaguaribe seja o mais expressivo entre os *isebianos*. Quanto ao ISEB ver (TOLEDO, 1977).

suas origens nas elaborações da IC nos anos 30, já conduzida por uma linha estalinista. Por conta disso, o olhar da realidade brasileira por esses intelectuais associava-se a um imperativo político, formulado pela III Internacional para os países “coloniais” e “semi-coloniais”, de aliança com setores da burguesia com vistas a uma revolução “nacional” e “antiimperialista”. Essa aplicação de um modelo esquemático de revolução, que por sua vez era consequência de uma adaptação mecânica para os países *atrasados* de experiências históricas dos países *avançados*, foi deveras criticada tanto por organizações à esquerda do PCB no movimento operário quanto por setores da intelectualidade crítica da Academia. Contudo, até 1964, essas críticas ocuparam uma posição minoritária nesses dois âmbitos.

### ***A lei do desenvolvimento desigual e combinado e as ciências sociais brasileiras***

Imediatamente após a derrubada João Goulart, uma parcela significativa da intelectualidade de esquerda – à época já instalada, em grande parte, na Universidade – responsabilizou “os equívocos de interpretação” (WEFFORT, 1978; p. 20.) dos nacionalistas e, principalmente, dos comunistas do PCB, pela derrota de 1964. O partido de Prestes e sua política de colaboração de classes, alicerçada em uma fé no papel “progressista” da “burguesia nacional”, tornaram-se os maiores alvos desta intelectualidade, assim como de vários agrupamentos guerrilheiros de esquerda que eclodiram com o advento do golpe de Estado. O empresariado brasileiro demonstrara, de modo irrefutável, sua dependência intrínseca ao imperialismo. A revolução “democrático–burguesa” havia se mostrado uma impossibilidade histórica no Brasil, assim como nos demais países do cone sul em que triunfaram “contra-revoluções terroristas” antipopulistas, articuladas por amplos setores das “burguesias nacionais” e pelo imperialismo. A matriz teórica que lhe dava suporte, o “dualismo etapista”, passou a ser fortemente questionada. Proliferaram-se trabalhos críticos, em vários campos das ciências humanas, ao esquematismo que teria trilhado o caminho do fracasso da esquerda brasileira.

Assim, importantes intelectuais, trabalhando com temáticas diversas, produziram interessantes pesquisas que foram de encontro à perspectiva “dualista” de entendimento da realidade nacional, até então predominante na esquerda brasileira. Nessa empresa, muitos destes acabaram por se aproximar, ou mesmo fazer uso, da matriz formulada por Trotsky para a compreensão das condições sócio-históricas dos países *atrasados*.

O historiador marxista Caio Prado Jr. – que, desde os anos 40, guardava diferenças profundas com a perspectiva estalinista que apontava a existência de elementos “feudais” na estrutura econômica do Brasil –, após a ascensão dos militares ao poder, foi um dos primeiros a condenar veementemente a “teoria da revolução brasileira” propagada pelo PCB:

A idéia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é inteiramente estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo cuja as atenções, no que nos interessa aqui, se voltaram sempre exclusiva e particularizadamente para o caso dos países e povos europeus. É deles que se ocuparam, e não generalizaram nunca as suas conclusões acerca das fases históricas percorridas por aqueles países e povos. Analisaram a eclosão e desenvolvimento do capitalismo que, na Europa, emergiu do feudalismo que o precedeu, procurando nessa dialética da história moderna e contemporânea as premissas do socialismo que, revolucionários que eram, eles visavam de fato realizar e de fato se realizou pelo seu ensinamento e ação. Mas não estenderam nunca essa interpretação do que vinha ocorrendo nos países europeus, a saber, a germinação, no seio da economia feudal, das formas capitalistas de produção, o desenvolvimento e a maturação do capitalismo e de suas instituições econômicas, sociais e políticas, com a conseqüente e paralela decadência e destruição do antigo regime, não estenderam essa análise e interpretação a todas as demais partes do mundo, que aliás não os interessavam diretamente. Tratava-se de fatos específicos da evolução histórica dos países europeus. E assim foram considerados.

É certo que tais fatos poderiam ter ocorrido em outros lugares, mas não *necessariamente* e como fatalidade histórica, como se pretendeu, e que por isso se aceitou como um dado preliminar e uma lei histórica e absoluta, sem nenhuma indagação prévia acerca da realidade e verdade da consciência presumida. Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares. E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo, que se tratava de simples semelhanças, e que qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança.

Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida *a priori*, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. Essa maneira de abordar os fatos, escusado dizê-lo, é inteiramente descabida (PRADO Jr., 1966; p. 39-41).

Para Caio Prado Jr., a crença em uma inevitabilidade da repetição das etapas históricas européias em quaisquer lugares acabou por ocasionar interpretações errôneas acerca da realidade nacional, tal com o vislumbre de um “feudalismo” vigente no campo e de uma “burguesia nacional” antiimperialista. Segundo o historiador, esta convicção de que no Brasil existia um setor da burguesia de cunho “progressista” foi “certamente um dos fatores que contribuíram para levar as esquerdas por caminhos errados e cheios de ilusões que deram no desastre de abril de 1964” (*Idem*, p. 112). Não é difícil notarmos uma certa semelhança entre as críticas de Trotsky e Prado Jr. aos modelos analíticos que pressupõem a repetição das etapas históricas em cada localidade. Igualmente, a descrença em um papel “revolucionário” das chamadas “burguesias nacionais” é partilhada por ambos. Podemos dizer que, de certa maneira, o historiador brasileiro confirmou empiricamente em sua pesquisas sobre o Brasil a validade de uma teoria que o revolucionário russo propusera em suas reflexões sobre a historicidade de outros países *atrasados*.<sup>6</sup>

Caberia, entretanto, a outro brilhante intelectual acadêmico inaugurar as pesquisas científicas referentes à realidade brasileira *nitidamente* estruturadas pela *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Ex-militante do Partido Socialista Revolucionário, seção brasileira da IV Internacional, Florestan Fernandes foi o fundador de uma sociologia

---

<sup>6</sup> A relação entre intelectuais críticos da idéia do “feudalismo” na América Latina e a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* foi apontada por (LÖWY, 1999; pp. 40-43).

científica no Brasil e principal combatente do dogmatismo estalinista nas ciências sociais do país. Grande parte de seus significativos estudos foram dedicados a compreensão do desenvolvimento capitalista nos países periféricos e das formas políticas assumidas pela dominação burguesa nestas localidades. Crítico contumaz do “etapismo”, Florestan utilizou-se do conceito de “capitalismo dependente” para afirmar a existência de uma natureza histórica peculiar à formação e desenvolvimento do capitalismo nos países localizados na “periferia” do sistema e contrapor-se ao esquematismo “dualista” que moldava-se pelo exemplo histórico europeu e norte-americano. Para o sociólogo, a realidade brasileira se constituía em uma totalidade dialeticamente contraditória, leitura que descartava oposições formais e idealistas bastante características das interpretações *cepalinas* e *pecebistas*. Referindo-se a essa realidade, em um marcante texto escrito em 1967, Florestan afirmou:

A inegável desigualdade das formas de produção coexistentes e seus efeitos sobre o estilo de vida das populações do campo ou sobre o desenvolvimento econômico regional tem levado alguns cientistas sociais a interpretações dualistas rígidas. [...] Pelo que afirmamos, a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser *combinadas* organicamente e articuladas no sistema econômico global. [...] Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua *combinação* com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista” (FERNANDES, 1968; p. 64-65. Grifos nossos.).

Podemos entrever neste trecho como a noção de *desenvolvimento combinado* orientou a interpretação de Florestan Fernandes acerca da estrutura sócio-econômica brasileira; o “arcaico” não aparece como resquício de outra temporalidade que entrava o desenvolvimento das regiões onde está presente, tal como na visão “dualista”. Para Florestan, seria justamente a presença de elementos “anticapitalistas” e “semicapitalistas” que produziria funcionalidade ao capitalismo nas áreas dependentes; o “arcaico” não seria antípoda do “moderno”, e sim seu complemento histórico e socialmente necessário. Para a vitalidade do sistema capitalista imperialista fazia-se necessário a utilização de formas não-capitalistas em várias regiões do globo. Sob a égide do capital monopolista, a história não poderia repetir suas etapas de desenvolvimento nos países *atrasados*:

A natureza e os ritmos da transformação capitalista sob as grandes corporações “multinacionais” criaram a realidade histórica de nossa época. Os países retardatários são comensais desprezíveis ou simples repasto para os demais. Não há como fazer coincidir os tempos da história: as estruturas sócio-econômicas, culturais e políticas dos países capitalistas hegemônicos absorvem as estruturas dos países subcapitalistas, semicapitalistas ou de capitalismo dependente, submetendo-as a seus próprios ritmos e subordinando-as aos interesses que lhe são próprios. [...] O capitalismo selvagem [a forma assumida pelo capitalismo nos países dependentes] não reproduz o passado; e se nele há lugar para a “revolução burguesa”, esta se apresenta de outra forma e com outros objetivos fundamentais. Sem dúvida, o desenvolvimento capitalista pressupõe muitos mecanismos econômicos, sócio-culturais e políticos que se repetem. Mas eles se repetem em tais condições e sob tais fundamentos, que apontam

para uma realidade econômica, sócio-cultural e política específica, típica de uma situação histórica e de uma condição inexorável de dependência tecnoeconômica (FERNANDES, 1995; p. 139-140).

Nesta compreensão, o desenvolvimento do capitalismo nas regiões periféricas não estaria acoplado a uma “revolução burguesa” no seu sentido clássico, dotada de transformações niveladoras, de um ímpeto “nacionalista” e cunho “democrático”. Para Florestan, a aceleração do crescimento capitalista na periferia seria diametralmente oposta ao surgimento nestas áreas de formas políticas típicas de uma “revolução burguesa”, tal como esta se dera na Europa e Estados Unidos. As burguesias periféricas, dado a sua debilidade e dependência, seriam incapazes de realizar transformações “democráticas” e “nacionalistas”; no entanto, seriam suficientemente competentes para engendrar estruturas de dominação sobre as massas populares no curso do desenvolvimento capitalista, se utilizando para isso de formas políticas “autocráticas” e reacionárias. Paradoxalmente, seriam revitalizados e intensificados privilégios que “muitos supunham banidos da cena histórica pela revolução burguesa” (*Idem*, p. 140.) A presença das idéias de Trotsky nas análises de Florestan Fernandes é facilmente perceptível, essencialmente no que diz respeito a natureza *combinada* do desenvolvimento do capitalismo nas áreas *retardatárias* e na ênfase atribuída à incapacidade das burguesias periféricas de protagonizar um papel “revolucionário” e “democrático”.<sup>7</sup> Nas palavras de Florestan, a “burguesia nacional” seria uma “digna descendente da ‘burguesia clássica’”, no sentido que ela era “tão útil para a continuidade e aperfeiçoamento do capitalismo” quanto haviam sido as burguesias dos países originários em tempos pretéritos (FERNANDES, 1995; p. 143).

A perspectiva teórica de Florestan Fernandes se mostraria presente em uma série de estudos realizados por intelectuais que, formal ou informalmente, estiveram sob sua orientação. Merece destaque o desenvolvimento do conceito de “capitalismo dependente” promovido por F. H. Cardoso em sua “clássica” obra escrita em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto (CARDOSO e FALETO, 2004; p. 38-39). Contrapondo-se à idéia do “subdesenvolvimento” tal como essa figurava nas interpretações “etapistas-dualistas”, Cardoso e Faletto alertaram:

Entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação [...]

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o

---

<sup>7</sup> Uma interessante abordagem da relação de Florestan Fernandes com o trotskismo pode ser encontrada na introdução escrita por Osvaldo Coggiola à obra (FERNANDES, 1995; p. 9-28).

exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países originários (*Idem*, p. 26).

Mais uma vez, podemos perceber como a afirmação da existência de uma historicidade própria às nações retardatárias, derivada da própria inserção destas numa totalidade, o sistema capitalista mundial, mostra-se presente em autores que se destacaram pelo combate entusiasta às perspectivas *cepalina* e *pecebista*. Em um estudo posterior, Cardoso, tal como Trotsky e Florestan, demonstraria todo o seu descrédito na possibilidade de uma revolução “democrática” encabeçada pelas burguesias dos países *atrasados*. Ao analisar o golpe antipopulista de 1964 no Brasil, afirmou:

Por certo, os que acreditam que a burguesia nacional dos países dependentes pode realizar uma revolução burguesa nos mesmos moldes da revolução francesa ou da revolução americana mostrarão os “entraves estruturais” que permanecem e que limitam o alcance das transformações econômicas havidas no Brasil. Eu não penso, entretanto, que a burguesia local, fruto de um capitalismo dependente, possa realizar uma revolução econômica no sentido forte do conceito. A sua “revolução” consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente. (CARDOSO, 1973; p. 71).

Não obstante o fato do autor acima, ironicamente, ter, ao longo de seu governo, proporcionado à burguesia brasileira a realização de importantes tarefas no curso “revolucionário” desta, podemos observar em suas palavras a mesma avaliação em relação às burguesias periféricas formulada por Trotsky. Não por acaso, Gorender afirmou serem as idéias de Trotsky uma das matrizes do pensamento *dependentista* (GORENDER, 1987; p. 82-83).<sup>8</sup>

O sociólogo Francisco de Oliveira é outro importante intelectual brasileiro que utilizou-se abertamente da concepção de Trotsky acerca do *desenvolvimento desigual e combinado* dos países *atrasados* para criticar de forma contundente o esquematismo “dualista”. Compartilhando a idéia de “dependência”, Chico de Oliveira dedicou-se a demonstrar, mais detalhadamente do que fizera Florestan Fernandes, a funcionalidade possibilitada pelo “arcaico” ao desenvolvimento do “moderno” no capitalismo brasileiro. As estruturas “arcaicas” do campo, longe de significarem um empecilho ao desenvolvimento das alas “dinâmicas” da economia, como acreditavam os “dualistas”, representariam para Oliveira, em função do baixo custo da força de trabalho rural que diminuía ao máximo o custo com os gêneros alimentícios nas cidades e do enorme êxodo rural que criava o “exército de reserva” de assalariados, um estímulo à produção industrial e à acumulação do capital (OLIVEIRA, 2003; p. 44-45). Em outro interessante exemplo da combinação funcional do

---

<sup>8</sup> Esta relação entre o pensamento trotskista e a “teoria da dependência” foi também apontada por (LÖWY, 1999; p. 80).



“arcaico” com o “moderno”, o sociólogo fez referência à perspectiva teórica que sub-jaz sua mais importante obra:

Uma não-insignificativa porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.

O processo descrito, em seus vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós-anos 1930. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, *é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-1930, que da existência de setores “atrasado” e “moderno”* (*Idem*, pp. 59-60. Grifos do autor).

Na concepção de Francisco de Oliveira, o “arcaico” e o “moderno” não constituem-se em elementos que produzem “duas realidade”; diferentemente, proporcionam uma natureza única, peculiar e dialética à estrutura societal dos países que chegaram com *atraso* na corrida industrial capitalista. Tal como na Rússia analisada por Trotsky, que às vésperas da Revolução de Outubro possuía uma tecnologia fabril equiparada (e às vezes superior) aos países *avançados* combinada com uma estrutura agrária similar, em grande parte, à sua configuração no século XVII, o crescimento capitalista industrial brasileiro, como expôs Oliveira, operou-se sob, e a partir, de uma base econômica portadora de vários elementos bastante rudimentares. A tese de Trotsky de que a possibilidade do veloz progresso ocorrido na indústria russa foi “precisamente determinada pelo estado atrasado do país” (TROTSKY, 1977; p. 28) está, sem dúvida, presente na *crítica à razão dualista* de Oliveira.

## Palavras finais

Os exemplos expostos acima desta relação entre o pensamento de León Trotsky e a intelectualidade acadêmica brasileira crítica às interpretações “dualistas” da realidade sócio-histórica nacional carecem, evidentemente, de análises mais pormenorizadas. Do mesmo modo, alguns outros exemplos poderiam, se dispuséssemos de mais espaço, ter sido aqui mencionados.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Como outros exemplos desta relação entre os pensamentos trotskista e acadêmico podemos citar: a influência das teses de Trotsky e da IV Internacional em autores como Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini (MANTEGA, 1987); a proximidade entre a interpretação da Revolução de 1930 produzida por Boris Fausto e a presente nos documentos da Liga Comunista Internacionalista, agrupamento trotskista dos anos 30 do qual participaram intelectuais como Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo, entre outros (SILVA, 2002); e a relação entre os estudos sobre o populismo brasileiro realizados por Ianni e Weffort e as elaborações de Trotsky acerca do governo mexicano de Lázaro Cárdenas (DEMIER, 2005).

Consideramos importante deixar claro, à guisa de conclusão, que nosso objetivo nestas poucas páginas foi apenas o de apresentar como Trotsky, apesar do silêncio quase integral sobre seu nome nos meios acadêmicos, constituiu-se em uma importante fonte teórica para produções bibliográficas que vertebraram a formação intelectual de algumas gerações universitárias do campo das ciências sociais, em especial a partir da década de 1980. De nenhuma maneira, pretendemos com isso trabalhar no sentido de uma incorporação de Trotsky ao “panteão” dos autores acadêmicos, o que seria não só uma tarefa muito provavelmente não exitosa, como também inteiramente vã caso viesse a ser efetivada. Para que um dia venha a ter seu nome “aceito” nas bibliografias de curso, Trotsky provavelmente teria que passar pelos mesmos processos de “domesticação” que sofreram importantes autores marxistas, com destaque para Gramsci, nos quais foram praticamente despidos de todo o seu conteúdo revolucionário.<sup>10</sup> Entretanto, como adiantamos, supomos que tal perspectiva é muito remota. Pela sua trajetória de vida, em particular como dirigente da *violenta* Revolução de Outubro, pela sua recusa categórica de aliança dos trabalhadores com qualquer setor da burguesia, pela sua defesa intransigente da “ditadura do proletariado”, pela unidade indissolúvel entre sua teoria e prática revolucionária, Trotsky deixou um legado que dificilmente está sujeito a domesticações. Desse modo, talvez Trotsky continue a ser, tal como nos tempos em que o estalinismo hegemonzava o pensamento universitário de esquerda, um *outsider* na academia, o que não deixa de ter um lado positivo.

### Referências bibliográficas

BIANCHI, Alvaro. “O primado da política: revolução permanente e transição” in *Outubro* nº.5. São Paulo, 2001, pp. 101-115.

CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro” in \_\_\_\_\_. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro (DIFEL), 1973

\_\_\_\_\_. e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DEMIER, Felipe. “Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro” in *Outubro* nº13. São Paulo: 2005, p. 59-78.

---

<sup>10</sup> Quanto ao processo de “domesticação” de autores como Gramsci e Thompson, ver (MATTOS, Marcelo Badaró. “E.P. Thompson no Brasil” in *Outubro* nº. 14. São Paulo, 2006.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotski. O profeta armado (1879-1921)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. *Trotski. O profeta desarmado (1921-1928)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FERNANDES, Florestan. “Capitalismo dependente e imperialismo” in \_\_\_\_ *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas; a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

KNEI-PAZ, Baruch. “Trótski: revolução permanente e revolução do atraso” in HOBSBAWM, Eric J. (org.) *História do marxismo V (o marxismo na época da Terceira Internacional: A Revolução de Outubro: O automarxismo)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 159-196.

LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado” in *Outubro*, n. 1, 1998, p. 73-80.

\_\_\_\_ (org). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4ª edição. Petrópolis: Polis/ Vozes, 1987.

MATTOS, Marcelo Badaró. “E.P. Thompson no Brasil” in *Outubro* n°. 14. São Paulo, 2006, p. 81-110.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista / o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SILVA, Angelo José. *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

TROTSKY, León. *História da revolução russa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *A revolução permanente*. 2ª edição. São Paulo: Kairós, 1985.

\_\_\_\_\_. *La teoría de la revolución permanente (compilación)*. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.

\_\_\_\_\_. *Resultados Y perspectivas. Tres concepciones de la revolucion russa*. Buenos Aires: el Yunque editora, 1975.

WEFFORT, F. C. “Os sindicatos na política” (Brasil: 1954-1964) in *Ensaio de Opinião*, 1978 (pp. 18-27).